



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
TERMO DE REFERÊNCIA**

(CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

Processo Administrativo nº 2-174/2026

Serviços Técnicos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo Elaboração de Projetos

1 DO OBJETO

1.1. Contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), de empresa especializada para a prestação de **serviços técnicos de engenharia, arquitetura e urbanismo**, compreendendo levantamentos topográficos, investigações geotécnicas, elaboração de projetos básicos, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e especificações técnicas, para atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Nova União/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto é classificado como serviço técnico especializado de engenharia, de natureza continuada em relação às necessidades institucionais do Município, caracterizado pela obrigação de fazer, compreendendo as seguintes demandas específicas:

Demanda I Elaboração de Projetos para Construção de Garagem do Hospital Municipal (área estimada: 400 m²);

Demanda II Elaboração de Projeto de Pavimentação em Blocos Sextavados com Estudos Geotécnicos (extensão: 1.500 m);

Demanda III Elaboração de Projetos para Ampliação de Salas da Prefeitura Municipal (área estimada: 140 m²).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado, por igual período, uma única vez, quando justificado e mediante interesse mútuo das partes, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O regime de execução adotado é o de empreitada por preço global, tendo em vista a possibilidade de predefinição, com adequado nível de precisão, dos quantitativos que compõem o objeto, conforme art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Enquadramento legal

2.1.1. A presente contratação encontra amparo legal no **art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que autoriza a dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia de valor inferior a R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), desde que não sejam parcelas de uma mesma obra, serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

2.1.2. Os serviços ora contratados elaboração de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo são inequivocamente serviços de engenharia, conforme Resolução nº 361/1991 do CONFEA e art. 7º, §1º, da Lei nº 8.666/1993, recepcionado como parâmetro interpretativo pela nova lei.

2.1.3. O valor estimado da presente contratação, apurado mediante pesquisa de preços realizada nos autos, é inferior ao limite legal fixado no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, conforme demonstrado na Seção 9 deste Termo de Referência.

2.2 Necessidade da contratação

2.2.1. A Administração Municipal identificou demandas imediatas e específicas relacionadas à necessidade de elaboração de levantamentos topográficos, estudos geotécnicos e projetos de engenharia e arquitetura, indispensáveis ao adequado planejamento, dimensionamento técnico e tomada de decisão administrativa relativas a futuras intervenções em infraestrutura urbana e edificações públicas do Município de Nova União/RO.

2.2.2. A necessidade encontra-se fundamentada no Parecer Técnico nº 01/174/ENG/2026, emitido pelo Setor de Engenharia Municipal em 13 de fevereiro de 2026, o qual concluiu pela indispensabilidade técnica dos projetos para os seguintes empreendimentos:

Construção de garagem para o Hospital Municipal (área estimada: 400 m²);

Pavimentação em blocos sextavados com extensão aproximada de 1.500 m, incluindo estudos geotécnicos, drenagem e sinalização viária;

Ampliação de salas da sede da Prefeitura Municipal (área estimada: 140 m²).

2.2.3. A ausência de contratação imediata inviabiliza o avanço das ações administrativas e técnicas necessárias ao planejamento das obras pretendidas, podendo ocasionar atrasos relevantes, falhas no dimensionamento das soluções técnicas e prejuízos à eficiência administrativa e ao interesse público.

2.3 Impossibilidade de execução direta

2.3.1. O Município de Nova União/RO não dispõe, em seu quadro de pessoal, de equipe técnica própria com quantitativo e especialização suficientes para atender, dentro dos prazos requeridos, à totalidade das demandas identificadas, especialmente no que se refere à execução de levantamentos topográficos, sondagens a percussão e a trado, ensaios laboratoriais de solos e elaboração dos projetos complementares nas disciplinas de estruturas, instalações elétricas, pavimentação, drenagem e sinalização viária.

2.4 Estimativa das quantidades

2.4.1. Os quantitativos foram definidos com base no **Parecer Técnico nº 01/174/ENG/2026** do Setor de Engenharia Municipal, que analisou as demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais e fixou os quantitativos mínimos necessários à elaboração de projetos básicos compatíveis com as normas técnicas vigentes.

2.5 Justificativa para não parcelamento do objeto

2.5.1. As três demandas integram um conjunto tecnicamente articulado de serviços de engenharia, todos relacionados ao planejamento de intervenções físicas no patrimônio público municipal. A contratação integrada com uma única empresa é mais vantajosa, pois:

Permite ao projetista uma visão sistêmica e coordenada das necessidades municipais, evitando incompatibilidades técnicas entre projetos;

Reduz os custos de mobilização, gerenciamento e fiscalização para a Administração;

Facilita a padronização de especificações técnicas e de padrões de apresentação dos produtos;

Propicia economia de escala, com menor custo global em comparação a três contratações separadas;

O valor total estimado se enquadra em um único limite legal (art. 75, I), tornando o parcelamento desnecessário e potencialmente mais oneroso.

2.5.2. Ainda, as demandas listadas são de natureza comum entre si, o que torna a gestão de um único contrato com uma única empresa mais facilitada, evitando a pulverização de contratos, mitigando

significativamente o risco de falhas no processo de gestão e fiscalização do contrato.

2.6 Ausência de fracionamento de despesa

2.6.1. Em atenção ao art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021, certifica-se que a presente contratação **não representa fracionamento indevido de despesa**. As três demandas contempladas constituem objeto único e integrado, correspondente a serviços técnicos de engenharia relacionados entre si, necessários ao planejamento de intervenções específicas já identificadas, não se tratando de partes de obra ou serviço de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.

2.6.2. Registra-se que não há, no exercício financeiro corrente, outras contratações de objeto da mesma natureza realizadas por esta unidade gestora que, somadas ao valor da presente contratação, superem o limite legal do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3 DA DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA DOS SERVIÇOS

3.1 Demanda I Projetos para Construção de Garagem do Hospital Municipal

3.1.1. **Localização:** Hospital Municipal de Nova União/RO.
3.1.2. **Área estimada:** 400 m² (oitocentos metros quadrados), assim compostos:

Item	Descrição	Qtd.	Área Unit. (m²)	Área Total (m²)
01	Vagas para caminhonetes	08	25,00	200,00
02	Vagas para micro-ônibus	02	75,00	150,00
03	Complementos mínimos (circulação, instalações)			50,00
	TOTAL ESTIMADO			400,00

3.1.3. Para a elaboração do projeto básico, são exigidas as seguintes disciplinas técnicas:

Item	Serviço / Disciplina Técnica	Unidade	Quantitativo
1.1	Levantamento Topográfico Planialtimétrico	m²	400
1.2	Projeto Arquitetônico (plantas, cortes, fachadas, detalhamentos)	m²	400
1.3	Projeto Estrutural ou Projeto de Estrutura Metálica (conforme solução construtiva adotada)	m²	400
1.4	Projeto de Instalações Elétricas (inclusive SPDA se necessário)	m²	400
1.5	Sondagem a Percussão SPT	furo	02
1.6	Elaboração de Planilha Orçamentária com composição de custos unitários (SINAPI/SICRO)	m²	400
1.7	Memorial Descritivo	un	01
1.8	Especificações Técnicas	un	01

Nota técnica: a solução construtiva (estrutura convencional em concreto ou estrutura metálica) será definida pelo projetista responsável, com base nas condicionantes geotécnicas e econômicas identificadas nos ensaios de sondagem e nas normas técnicas aplicáveis.

3.2 Demanda II Projeto de Pavimentação em Blocos Sextavados com Estudos Geotécnicos

3.2.1. Trecho de intervenção:

Ponto inicial (coordenadas): 10°54,40"S / 62°33,06"O
Ponto final (coordenadas): 10°54,04"S / 62°34,51"O
Extensão linear estimada: 1.500 m (um mil e quinhentos metros)

Largura da faixa pavimentada: 7,00 m (área pavimentada 10.500 m²)
Largura da faixa topográfica (cerca a cerca): 20,00 m (área 30.000 m²)

3.2.2. Para a elaboração do projeto básico de pavimentação intertravada, são exigidos os seguintes serviços e disciplinas técnicas de projeto e documentação:

Item	Serviço / Disciplina Técnica	Unidade	Quantitativo
2.1	Levantamento Topográfico Planialtimétrico (faixa de 20 m cerca a cerca)	m²	30.000
2.2	Projeto Geométrico (greide, alinhamento, seção transversal)	m	1.500
2.3	Projeto de Pavimentação Intertravada em Blocos Sextavados	m²	10.500
2.4	Projeto de Drenagem Pluvial (sarjetas, bocas-de-lobo, dispositivos de dissipação)	m	1.500
2.5	Projeto de Sinalização Viária (horizontal e vertical)	m / m²	1.500 / 10.500
2.6	Elaboração de Planilha Orçamentária com composição de custos unitários (SINAPI/SICRO)	m²	10.500
2.7	Memorial Descritivo	un	01
2.8	Especificações Técnicas	un	01

3.2.3. Serviços de investigação geotécnica:

Item	Serviço Geotécnico	Unidade	Quantitativo
2.9	Sondagem a Trado Caracterização do Subleito	furo	08
2.10	Sondagem a Trado Jazida de Material de Base	furo	02
2.11	Ensaio de Expansão / CBR (California Bearing Ratio)	ensaio	10
2.12	Ensaio de Compactação Proctor (Normal ou Modificado)	ensaio	10
2.13	Caracterização de Solo Granulometria	ensaio	10
2.14	Limite de Liquidez (LL)	ensaio	10
2.15	Limite de Plasticidade (LP)	ensaio	10
2.16	Índice de Plasticidade (IP)	ensaio	10
2.17	Laudo Geotécnico Consolidado	laudo	10

Nota técnica: demais ensaios laboratoriais eventualmente necessários deverão ser realizados pelo contratado conforme identificação técnica após análise das sondagens, sendo vedada a alegação posterior de insuficiência contratual quanto a investigações técnicas necessárias à segurança, estabilidade, desempenho e durabilidade da obra, nos termos da recomendação constante do Parecer Técnico nº 01/174/ENG/2026.

3.3 Demanda III Projetos para Ampliação de Salas da Prefeitura Municipal

3.3.1. Localização: Sede da Prefeitura Municipal de Nova União/RO, Rua Independência, 1135 Centro.

3.3.2. Área estimada de ampliação: 140 m² (cento e quarenta metros quadrados).

Item	Serviço / Disciplina Técnica	Unidade	Quantitativo
3.1	Levantamento Topográfico Planialtimétrico da área de ampliação	m²	140
3.2	Projeto Arquitetônico (plantas, cortes, fachadas, detalhes)	m²	140
3.3	Projeto Estrutural	m²	140
3.4	Projeto de Instalações Elétricas	m²	140
3.5	Sondagem a Percussão SPT	furo	02
3.6	Elaboração de Planilha Orçamentária com composição de custos unitários (SINAPI/SICRO)	m²	140

Item	Serviço / Disciplina Técnica	Unidade	Quantitativo
3.7	Memorial Descritivo	un	01
3.8	Especificações Técnicas	un	01

Nota técnica: os projetos de ampliação deverão ser compatibilizados com a edificação existente, considerando as condicionantes estruturais, elétrica e de vizinhança, devendo o projetista realizar vistoria técnica prévia na edificação como condição para o início dos trabalhos.

4 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DA SOLUÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser executados por empresa legalmente habilitada, atendendo, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos e normativos:

Todos os projetos deverão atender às normas técnicas da ABNT (NBR) aplicáveis a cada disciplina, às normas do DNIT, às resoluções do CONFEA e do CAU e à legislação edilícia municipal vigente;

O projetista contratado será o responsável técnico integral pelo dimensionamento de todos os elementos constantes nos projetos, assumindo a obrigação de realizar, solicitar ou considerar todos os ensaios, levantamentos e estudos técnicos indispensáveis à adequada definição das soluções adotadas;

A ausência de menção específica a determinado ensaio ou levantamento não exime o projetista de sua responsabilidade técnica, nos termos da recomendação do Parecer Técnico nº 01/174/ENG/2026;

Deverão ser emitidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs CREA) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs CAU) específicos para cada disciplina e profissional responsável;

Os produtos técnicos deverão ser entregues em formato digital editável (DWG/DXF para desenhos; XLSX para planilhas orçamentárias) e PDF assinado digitalmente pelo responsável técnico;

As planilhas orçamentárias deverão ser fundamentadas em composições de custo unitário referenciadas no SINAPI e/ou SICRO, com as devidas justificativas para itens não constantes das referidas tabelas.

4.2. CONSÓRCIO: NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, tendo em vista que a natureza e o porte do objeto, bem como o valor estimado da contratação, não apresentam complexidade ou vulto que justifiquem tal arranjo.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO: Será admitida a **subcontratação parcial** do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, exclusivamente para as seguintes parcelas de serviços especializados: levantamentos topográficos, sondagens a percussão (SPT), sondagens a trado e ensaios laboratoriais de solos. É vedada a subcontratação das parcelas de projeto arquitetônico, projeto estrutural e projeto geométrico de pavimentação, que constituem o núcleo técnico da contratação.

4.3.1. A subcontratação depende de autorização prévia e escrita da Contratante, à qual o contratado deverá apresentar documentação comprobatória da capacidade técnica do subcontratado. É vedada a subcontratação de pessoa jurídica cujos dirigentes mantenham vínculo com agentes públicos municipais ou que sejam cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau dos mesmos, nos termos do art. 122, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. SUSTENTABILIDADE: A Contratada deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental aplicáveis à prestação de serviços técnicos de engenharia, especialmente: (i) utilização preferencial de materiais com menor impacto ambiental nos projetos; (ii) proposição de soluções de drenagem que priorizem a permeabilidade do solo; (iii) observância às normas ambientais aplicáveis aos projetos de infraestrutura viária e edificações.

5 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

5.1.1. O prazo de execução do objeto será de 90 (noventa) dias corridos e iniciar-se-á no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da emissão da Ordem de Serviço, a qual será emitida pela Contratante após a assinatura do instrumento contratual ou equivalente.

5.1.2. A prestação dos serviços não importará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.3. A execução deverá seguir o seguinte cronograma e etapas mínimas:

Etapas	Descrição da Atividade	Prazo (dias corridos do início)
1ª	Vistoria técnica in loco nas três demandas; levantamentos topográficos e início das sondagens	Até o 20º dia
2ª	Conclusão de ensaios geotécnicos e levantamentos; entrega dos relatórios de campo	Até o 40º dia
3ª	Entrega dos anteprojetos e projetos básicos das Demandas I e III para análise da Fiscalização	Até o 60º dia
4ª	Entrega do projeto básico completo da Demanda II (pavimentação) para análise da Fiscalização	Até o 70º dia
5ª	Incorporação de revisões e entrega final de todos os produtos técnicos	Até o 90º dia

5.1.4. Os prazos acima poderão ser revisados, mediante solicitação justificada da Contratada e aprovação da Fiscalização, quando ocorrerem eventos imprevistos, caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

5.1.5. Os prazos acima compreendem o tempo total previsto para a contratada executar e entregar o serviço, devendo ser descontado o tempo em dias e horas tomado pelo fiscal ou gestor para retorno de análises técnicas eventuais.

5.1.6. Os projetos deverão ser desenvolvidos em metodologia/plataforma BIM (Building Information Modeling).

5.1.7. Não se confundem o prazo de vigência da contratação com o prazo de execução dos serviços.

5.1.8. Considerando se tratar de uma contratação por escopo, havendo necessidade, devidamente justificada e comprovada nos autos, o prazo de execução poderá ser prorrogado, até que concluído o objeto do contrato.

5.2 Local e condições de entrega dos produtos

5.2.1. Os produtos técnicos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Nova União/RO (Rua Independência, 1135 Centro CEP: 76.924-000), ao Setor de Engenharia, em dias úteis, das 07h00 às 13h00.

5.2.2. Cada entrega deverá ser acompanhada de: (i) ofício de encaminhamento identificando o produto, a etapa e a demanda correspondente; (ii) arquivo digital em mídia removível (pendrive ou similar); (iii) via impressa em papel adequado para desenhos técnicos, quando aplicável.

5.3 Condições de recebimento

5.3.1. O objeto será recebido **provisoriamente**, mediante **termo detalhado**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** após cada entrega, pelo Fiscal do Contrato designado pela Contratante, para verificação de conformidade técnica com as especificações deste Termo de Referência.

5.3.2. O objeto será recebido **definitivamente** no prazo de **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, após análise conclusiva da conformidade com as especificações contratuais e eventuais revisões determinadas pela Fiscalização.

5.3.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, devendo ser corrigido ou substituído no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação da Contratada, sem ônus para a Contratante.

5.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do projetista pela solidez técnica dos projetos entregues, pela conformidade com as normas técnicas aplicáveis e pela responsabilidade ético-profissional, nos termos do Código de Ética Profissional e da legislação que regula o exercício das profissões de engenharia e arquitetura.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1 Obrigações da Contratante

6.1.1. São obrigações da Contratante:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo de Referência e o instrumento contratual;
- Designar Fiscal e Gestor do Contrato para acompanhar a execução dos serviços;
- Permitir o acesso dos técnicos da Contratada às instalações e locais objeto dos serviços, fornecendo as informações e documentos técnicos disponíveis que sejam necessários à execução dos projetos;
- Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos produtos entregues, fixando prazo para correção;
- Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- Responder às solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo prorrogação motivada por igual período.

6.2 Obrigações da Contratada

6.2.1. São obrigações da Contratada:

- Executar os serviços com estrita observância das normas técnicas aplicáveis e das especificações deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Emitir ARTs ou RRTs para cada disciplina técnica, antes do início da execução dos respectivos serviços, entregando cópias à Fiscalização;
- Indicar preposto devidamente qualificado para representá-la durante toda a vigência do contrato;
- Responsabilizar-se pela qualidade técnica, pela conformidade normativa e pelo conteúdo de todos os produtos técnicos entregues, inclusive os elaborados por eventuais subcontratados;
- Realizar vistoria técnica em todos os locais objeto dos serviços antes do início dos trabalhos, registrando as condições verificadas em relatório a ser entregue à Fiscalização;
- Corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Fiscalização, os projetos ou produtos técnicos que apresentem vícios, erros, omissões ou desconformidades com as normas técnicas;
- Manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação exigidas para a contratação, em especial o registro ativo no CREA ou CAU;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato;
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de dirigente ou servidor da Contratante, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, excetuados os casos previstos no art. 124, II, 'd', da Lei nº 14.133/2021.

7 DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato designados pela autoridade competente da Prefeitura Municipal de Nova União/RO, observado o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Compete ao **Gestor do Contrato**: (i) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa; (ii) acompanhar os prazos de vencimento das etapas e da vigência contratual; (iii) encaminhar documentos à Contratada; (iv) decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo devidamente justificados; (v) providenciar a instrução dos processos de pagamento.

7.3. Compete ao **Fiscal do Contrato**: (i) verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações deste Termo de Referência e com as normas técnicas aplicáveis; (ii) receber provisoriamente os produtos e lavrar o termo detalhado correspondente; (iii) notificar a Contratada sobre irregularidades verificadas; (iv) atestar as notas fiscais para fins de pagamento, após o recebimento definitivo.

7.4. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional) para comunicações não definitivas, as quais deverão ser confirmadas em ofício quando produzirem efeitos contratuais relevantes.

7.5. O acompanhamento da execução contratual observará, além do disposto neste Termo de Referência, as rotinas estabelecidas pela Administração Municipal, em especial:

- Reuniões técnicas periódicas entre a Fiscalização e a equipe da Contratada, com registro em ata;
- Análise técnica dos produtos entregues em cada etapa, com emissão de parecer fundamentado pela Fiscalização;
- Registro de ocorrências e intercorrências em livro ou sistema próprio;
- Adoção de providências para solucionamento de irregularidades identificadas durante a execução.

8 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1 Pagamento

8.1.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de **até 30 (trinta) dias** corridos após o recebimento definitivo do objeto e a liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

8.1.2. O pagamento poderá ser realizado de forma parcelada, vinculado ao recebimento definitivo de cada etapa, na seguinte proporção:

Etapas/Entrega	Evento de pagamento	% do valor global
1ª Parcela	Entrega e recebimento definitivo dos relatórios de levantamentos topográficos e sondagens (Demandas I, II e III)	30%
2ª Parcela	Entrega e recebimento definitivo dos projetos básicos das Demandas I e III	35%
3ª Parcela	Entrega e recebimento definitivo de todos os produtos técnicos da Demanda II e encerramento contratual	35%

8.1.3. A Contratante não efetuará pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais não executadas, salvo previsão expressa e justificada no instrumento contratual.

8.1.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante a devolverá à Contratada para as devidas correções. O prazo de pagamento iniciar-se-á somente após a reapresentação do documento corrigido, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.1.5. A Contratante efetuará, na fonte, as retenções tributárias legalmente previstas, em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal aplicável.

8.1.6. Constatada irregularidade nas certidões de regularidade fiscal ou trabalhista da Contratada, ela será notificada para regularizar a situação no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período. A persistência da irregularidade implicará comunicação aos órgãos fiscalizadores e adoção das providências cabíveis.

8.2 Reajuste

8.2.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano**, contado da data-base do orçamento estimado, na forma do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. Após o interregno de um ano, os preços serão reajustados pela variação do **INCC (Índice Nacional de Custo da Construção)**, divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.3. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

9 DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR HABILITAÇÃO

9.1 Forma de seleção

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de **Dispensa de Licitação Eletrônica**, processada no sistema indicado pela Administração Municipal, em conformidade com o art. 75, inciso I, e art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O **critério de julgamento** adotado será o de **menor preço global**, observadas as exigências de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência.

9.1.3. Será admitida a participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), as quais farão jus ao tratamento diferenciado e simplificado previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2 Habilitação Jurídica

9.2.1. Para fins de habilitação jurídica, deverá o interessado apresentar os documentos pertinentes à sua natureza jurídica, conforme art. 66 da Lei nº 14.133/2021, entre os quais:

Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade no sítio oficial;

Sociedade Empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil ou Comercial onde opera, com averbação no Registro da matriz.

9.3 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.3.1. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o interessado apresentar:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

Certidão conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), comprovando regularidade fiscal federal e relativa à Dívida Ativa da União;
Certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;
Certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor e da Sede da Contratante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO), em plena validade;
. Prova de regularidade relativa ao FGTS, demonstrando situação regular quanto aos encargos sociais instituídos por lei;
I. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

9.3.2. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas deverão apresentar toda a documentação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que apresente restrições, tendo prazo de **5 (cinco) dias úteis** para regularizar a situação, na forma do art. 43, §1º, da LC nº 123/2006.

9.4 Habilitação Econômico-Financeira

9.4.1. Para fins de habilitação econômico-financeira, deverá o interessado apresentar:

Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias;
Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando boa situação financeira da empresa;

9.4.2. A situação financeira será aferida mediante os seguintes índices de liquidez, calculados a partir das demonstrações contábeis apresentadas, sendo exigida pontuação superior a 1 (um) em todos:

Índice	Fórmula de Cálculo
Liquidez Geral (LG)	$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
Solvência Geral (SG)	$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
Liquidez Corrente (LC)	$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

9.4.3. Além dos índices de liquidez iguais a 1, a empresa deverá ainda comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação, na data de apresentação da proposta, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

9.4.4. Para as Sociedades Anônimas, e demais empresas não optantes pelo simples nacional, que excedam a receita bruta anual de R\$ 4.800.000,00, conforme a Lei 123/2006, art. 3, § 2º, bem como, o art. 3º, I e II, nova redação pela LC 155/2016, será exigido conforme art. 3º da Lei nº 11.638/2007 e o disposto no Art. 176 da Lei 6.404/76:

Art. 176. ()

I - Balanço patrimonial;

II - Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV - Demonstração dos fluxos de caixa;

V - Se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

9.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei 14.133/2021, artigo 65, §1º).

9.4.6. O atendimento dos índices deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo interessado, nos termos do art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.5 Habilitação Técnica Qualificação Técnico-Operacional

9.5.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o interessado deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, chancelado pelo CREA ou CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço de engenharia, desenvolvidos em metodologia/plataforma BIM (Building Information Modeling) e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, a saber:

- I. Projeto de Arquitetura Hospitalar com área igual ou superior a 200,00 m²;
- II. Projeto de Estrutura em Concreto e Estrutura Metálica com área igual ou superior a 200,00 m²;
- III. Projeto de Pavimentação Intertravada em blocos sextavados com área igual ou superior a 750 m;
- IV. Projeto Geométrico com área igual ou superior a 750 m;
- V. Projeto de Sinalização Viária com área igual ou superior a 750 m;
- VI. Projeto de Drenagem (sarjeta, meio fio e boca de lobo) com área igual ou superior a 750 m;
- VII. Orçamento, Memorial e demais documentos técnicos com área igual ou superior a 5.000,00 m²;
- VIII. Levantamento Topográfico com área igual ou superior a 15.000,00 m²;
- IX. Execução de Sondagem a Trado e Sondagem a Percussão;
- X. Execução de Análises Físicas e Mecânicas dos Solos, contendo os seguintes elementos:
 - Ensaio de Expansão (CBR);
 - Ensaio de Compactação;
 - Ensaio de Caracterização do Solo;
 - Análise de Granulometria;
 - Limite de Liquidez;
 - Limite de Plasticidade;

9.5.2. Em observância ao **art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021**, os quantitativos mínimos fixados nos incisos I a IX do subitem 9.5.1 correspondem a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos totais previstos para o objeto, adotado como critério razoável e proporcional de aferição da capacidade operacional.

9.5.3. Não será admitido, para fins de comprovação dos quantitativos mínimos, o somatório de atestados de objetos de mesma natureza. Cada quantitativo mínimo deverá ser comprovado por, no mínimo, um único atestado.

9.5.4. Não serão aceitos atestados emitidos pela própria empresa ou por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial.

9.5.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente.

9.5.6. Quando solicitado pela Administração, o interessado deverá disponibilizar toda a documentação necessária à comprovação da legitimidade dos atestados, incluindo cópia do contrato que deu suporte à contratação e o endereço atual da contratante.

9.5.7. A licitante deverá apresentar declaração e comprovação de que possui software compatível com as exigências do governo Federal, quanto Decreto nº 9.377, que oficializou a Estratégia Nacional para a Disseminação do Building Information Modeling (BIM), ou Estratégia BIM BR, e comprovar que os dispõe através de notas fiscais e/ou documento equivalente em seu nome ou de seus sócios.

9.6 Habilitação Técnica Qualificação Técnico-Profissional

9.6.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, o interessado deverá apresentar **Certidão de Acervo Técnico acompanhada de Atestado (CAT-A)**, expedida e chancelada pelo CREA, ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)** expedido pelo CAU, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) que integrarão a equipe do contrato, comprovando execução anterior de serviços compatíveis em características e complexidade, envolvendo as seguintes parcelas de maior relevância técnica:

- I. Projeto de Arquitetura Hospitalar com área igual ou superior a 200,00 m²;
- II. Projeto Estrutural com área igual ou superior a 200,00 m²;
- III. Projeto de Estrutura em Concreto e Estrutura Metálica com área igual ou superior a 200,00 m²;
- IV. Projeto de Instalações Elétricas com área igual ou superior a 200,00 m²;
- V. Projeto de Drenagem Pluvial com área igual ou superior a 200,00 m²;
- VI. Projeto de Pavimentação com área igual ou superior a 750 m;
- VII. Projeto Geométrico com área igual ou superior a 750 m;
- VIII. Projeto de Terraplenagem com área igual ou superior a 750 m;
- IX. Projeto de Sinalização Viária com área igual ou superior a 750 m;
- X. Projeto de Drenagem com área igual ou superior a 750 m;
- XI. Orçamento, Memorial e demais documentos técnicos com área igual ou superior a 5.000,00 m²;
- XII. Levantamento Topográfico com área igual ou superior a 15.000,00 m²;
- XIII. Levantamento Aerofotogramétrico com área igual ou superior a 15.000,00 m²;
- XIV. Elaboração de Estudo Hidrológico;
- XV. Execução de Sondagem a Trado e Sondagem a Percussão;
- XVI. Execução de Análises Físicas e Mecânicas dos Solos, contendo os seguintes elementos:
 - Ensaio de Expansão (CBR);
 - Ensaio de Compactação;
 - Ensaio de Caracterização do Solo;
 - Análise de Granulometria;
 - Limite de Liquidez;
 - Limite de Plasticidade;
 - Índice de Plasticidade;

9.6.2. A comprovação de que os responsáveis técnicos integram o quadro permanente da empresa deverá ser feita por meio de uma das seguintes formas:

Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
Contrato social, no caso de sócio-administrador;
Contrato de prestação de serviços vigente, para prestadores autônomos;
Certidão de registro de responsável técnico emitida pelo CREA ou CAU.

9.6.3. Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços objeto do contrato, sendo admitida sua substituição, durante a execução, por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia da Administração, nos termos do art. 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

9.6.4. O quadro mínimo de responsáveis técnicos exigidos compreende:

01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, com atribuições para os projetos arquitetônicos e estruturais;
01 (um) Engenheiro Civil com experiência comprovada em projetos de pavimentação e drenagem;
01 (um) Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Civil, para os projetos de instalações elétricas;
01 (um) profissional habilitado para execução de sondagens e ensaios geotécnicos, com registro em CREA.

9.6.5. É admitida a acumulação de funções por um mesmo profissional, desde que possua habilitação legal e acervo técnico compatível com as atribuições acumuladas, conforme resolução do CONFEA aplicável.

9.6.7. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido.

9.7 Declaração complementar

9.7.1. O interessado deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, dos locais onde os serviços serão executados e das características específicas de cada demanda, conforme art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

10 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor da contratação, nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, foi apurada mediante **pesquisa de preços direta com fornecedores**, na forma prevista no art. 23 da mesma Lei, cujos documentos comprobatórios integram os autos do Processo Administrativo nº 2-174/2026.

10.2. A pesquisa de preços considerou os quantitativos máximos previstos neste Termo de Referência, com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa para a Administração, em observância ao princípio da eficiência.

10.3. O valor estimado da contratação é de **R\$ 129.994,73**, correspondente ao valor de referência apurado na pesquisa de mercado, conforme Relatório de Pesquisa de Preços anexado aos autos.

10.4. Confirma-se que o valor estimado é **inferior ao limite de R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos)** estabelecido no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e seu decreto regulamentador, para obras e serviços de engenharia, o que legitima a presente contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor.

10.5. A justificativa do preço final da contratação será formalizada em ato próprio, após o recebimento das propostas e a análise da proposta vencedora, demonstrando sua compatibilidade com os parâmetros de mercado levantados.

11 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP

11.1. A Lei Complementar nº 123/2006 confere tratamento diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), de aplicação obrigatória nas contratações da Administração Pública.

11.2. Tratando-se de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor de serviços de engenharia (art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), serão observadas as regras de tratamento diferenciado aplicáveis às ME/EPP previstas na LC nº 123/2006, em especial quanto à regularidade fiscal (art. 43) e aos critérios de desempate favoráveis (art. 44).

11.3. Caso seja verificada a inexistência de ao menos 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, a restrição de exclusividade será afastada, nos termos do art. 49, inciso II, da LC nº 123/2006.

12 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, aprovada na Lei Orçamentária Anual do Município de Nova União/RO para o exercício de 2026:

Programação: 02.02.04.122.0001.2002

Elemento de Despesa: 3.3.90.39

Ficha: 53

12.2. A Contratante reserva-se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da reserva orçamentária prevista.

13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- Der causa à inexecução parcial do contrato;
- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao interesse coletivo;
- Der causa à inexecução total do contrato;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- Entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso ou diminuam-lhe o valor, fora das especificações contratuais.

13.2. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- Advertência, por faltas leves, assim entendidas as que não acarretem prejuízo à Administração (art. 156, I);
- Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; e de 1% (um por cento) por dia sobre o valor total do contrato para atraso superior a 30 dias, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratado (art. 156, II);
- Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, nas hipóteses de inexecução parcial grave, inexecução total, fraude ou comportamento inidôneo (art. 156, II);
- Impedimento de licitar e contratar com o Município de Nova União/RO pelo prazo de até 3 (três) anos, nas hipóteses dos incisos II a IV do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 (art. 156, III);
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nas hipóteses dos incisos V a VIII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 (art. 156, IV).

13.3. As multas moratória e compensatória não serão cumuladas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções dos incisos I, III, IV e V do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa, observados os arts. 157 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14 DOS APÊNDICES

14.1. Integram este TR, para todos os fins e efeitos:

- I. Minuta de contrato;
- II. Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Nova União/RO, 26 de fevereiro de 2026.

DAYANA SILVA TEIXEIRA
Secretária Municipal
SEMPLACAF Prefeitura de Nova União/RO



Documento assinado eletronicamente por **DAYANA SILVA TEIXEIRA, SECRETARIO MUNICIPAL**, em 26/02/2026 às 11:38, horário de Nova União/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2430 de 03/08/2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novauniao.ro.gov.br, informando o ID **331394** e o código verificador **357DA32C**.

Referência: [Processo nº 2-174/2026](#).

Docto ID: 331394 v1